



SINTESPE

CUT**36 ANOS
DE LUTAS E
CONQUISTAS**

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

sintespe.org.br[sintespe.sc](https://www.facebook.com/sintespe.sc)[sintespe.sc](https://www.instagram.com/sintespe.sc)

(48) 3223 6097

sintespe@sintespe.org.br

Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - 88020-090 - Dezembro/2024

CAMPANHA SALARIAL 2025: PAUTA SERÁ ENTREGUE AO GOVERNO EM DEZEMBRO

O próximo ano deve ser marcado por grandes lutas dos servidores públicos estaduais para a conquista das reivindicações da Campanha Salarial 2025, aprovadas por unanimidade em Assembleia Geral dia 28 de novembro. Na pauta a ser entregue ainda em dezembro ao governo do Estado, há exigências históricas, como o cumprimento da lei da Data-Base (lei 15695/2011), essencial para uma política salarial séria e que valoriza o servidor, além de outros importantes itens. (ver a seguir). De acordo com o economista Maurício Mulinari, as perdas inflacionárias chegam a 108% nos salários, desde o último reajuste. A cada governo que passa, o desmonte do serviço público aumenta a partir das terceirizações, desvalorização dos servidores e falta de concurso público sob justificativa de falta de verbas. Porém, matéria publicada em 4 de outubro no site da SEA/SC anuncia crescimento nominal de 17,8% e um aumento real de 13% na arrecadação, em comparação com setembro de 2023, totalizando um superávit tributário de R\$ 4,6 bilhões.

Mesmo podendo usar até 46,55% (limite prudencial) até 49% da receita corrente líquida com a folha de pessoal, o governador Jorginho Mello optou por não ultrapassar os 40%, ao mesmo tempo em que anuncia superávits, renúncia fiscal de mais de R\$ 20 bilhões em favor de grandes empresários, sem transparência.

“Tem uma política de acabar com o serviço público e precisamos lutar contra isso”, avalia Wolney Chucre, secretário de Comunicação do SINTESPE/SC. Por isso, é preciso que a categoria esteja atenta e organizada junto ao Sindicato para que a nossa luta seja vitoriosa. Chega de descaso.

PAUTA SALARIAL 2025:

- ✓ Cumprimento da Lei 15.695/2011 que dispõe sobre a Data-Base;
- ✓ Isonomia salarial com pagamento imediato das gratificações para quem não recebe;
- ✓ Correção da defasagem histórica da tabela de vencimentos da Lei Complementar 676/2016;
- ✓ Contabilização das gratificações como base para cálculo do valor dos triênios;
- ✓ Fim do Confisco de 14% aos aposentados e pensionistas;
- ✓ Estabelecimento de gratificação por qualificação de 10% para graduação, 15% para pós-graduação lato sensu, 20% para mestrado e 30% para doutorado – percentuais baseados no nível de referência 4J de cada grupo ocupacional da tabela de vencimentos;
- ✓ Atualização inflacionária pelo INPC (atualmente em 4,6%) nas aposentadorias e pensões de servidores sem paridade;
- ✓ Integralidade, paridade e incorporação das gratificações à aposentadoria;
- ✓ Atualização do vale-alimentação;
- ✓ Piso da enfermagem a todos os servidores efetivos e temporários;
- ✓ Reajuste dos subsídios das forças de segurança congelado desde 2021;
- ✓ Garantia de paridade e integralidade, sem elevação da idade para aposentadoria, aos servidores da segurança pública de SC;
- ✓ Realização de Concurso Público para todas as áreas;
- ✓ Incorporação da Gratificação de Atividade da Saúde, no valor de 70%, à tabela de vencimentos da saúde;





Ao encerrar mais um ano de muitas lutas na defesa dos servidores e do serviço público, é importante discutir que política está sendo implementada em nosso estado pelo governo estadual.

A gestão financeira do governo Jorginho Mello tem evidenciado uma dinâmica contraditória: de um lado, apresenta resultados positivos nas contas públicas, com grandes superávits; e de outro, mantém uma política de arrocho salarial para os servidores, sempre justificando a medida com alegações de restrições orçamentárias.

No orçamento previsto para 2025, essas escolhas se repetem. As receitas estaduais devem crescer de forma significativa, impulsionadas pela arrecadação de impostos e pelos repasses federais. Porém, no campo das despesas, o governo restringe investimentos na folha salarial, enquanto mantém um fluxo crescente de recursos para o setor privado, seja por meio de contratos de terceirização, incentivos ou isenções fiscais.

Santa Catarina que já lidera proporcionalmente o ranking nacional de renúncias fiscais, seguirá aumentando essas concessões que chegam a quase metade da arrecadação estadual e o pior, são praticadas sem qualquer transparência. Essa escolha beneficia grandes empresas, enquanto o estado deixa de investir em políticas públicas essenciais e ignora a valorização de seus servidores, que são fundamentais para o atendimento e implementação destas políticas.

O Sintespe sempre esteve ao lado dos servidores na defesa de um estado que cumpra sua função social, priorizando o bem estar da população e a valorização de quem trabalha para garantir os direitos básicos da sociedade. Lutamos por uma política salarial justa e igualitária, que reconheça a importância do funcionalismo público, e reafirmamos nosso compromisso em 2025 de seguir firmes na defesa intransigente do servidor e do serviço público.

Mais do que nunca, a presença e a mobilização de todos junto ao sindicato serão essenciais para enfrentarmos os desafios e conquistarmos avanços.

Desejamos que 2025 traga novas conquistas e melhores condições para todos. Seguiremos firmes e determinados em busca de nossos direitos e de uma política que efetivamente atenda e dê dignidade merecida a todos os servidores públicos e que as políticas públicas e os recursos sejam destinados a toda sociedade.

Marlete Gonzaga
Presidenta do SINTESPE

Pressione os Ministros do STF pelo fim do confisco nas aposentadorias e pensões



Apesar das mudanças adotadas pelo governo estadual acerca do confisco dos 14% nas aposentadorias e pensões, a luta pelo fim da contribuição continua tanto no âmbito legislativo federal como no Supremo Tribunal Federal.

Judiciário - o STF julga uma série de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam partes da Emenda Constitucional 103/2019, reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Essas ADIs, movidas por diferentes entidades, pedem que sejam julgadas inconstitucionais: a progressividade das alíquotas, a possibilidade de que a contribuição dos aposentados e pensionistas incida sobre o que superar o salário mínimo, a instituição de contribuição extraordinária, o fim da “imunidade do duplo teto” e as mudanças na forma de cálculo da pensão. Até o fechamento desta edição, a maioria dos ministros votou para derrubar itens como a cobrança de contribuição extra-

ordinária e a aplicação de alíquotas que incidem sobre valores acima de um salário mínimo, mas as decisões ainda são provisórias.

Junto a entidades do movimento sindical, o SINTESPE aderiu à Campanha de envio de e-mails para pressionar os ministros a continuarem o julgamento e se posicionarem a favor dos servidores.

Por isso, chamamos você para enviar também seu e-mail (ver endereços abaixo).

Legislativo - A PEC 555/2006 determina a extinção imediata, está parada no Congresso Nacional há 14 anos. Para impedir que a proposta seja arquivada por atingir o prazo limite de tramitação, é importante que seja apensada à mais recente (nº 006/2024), que propõe a redução de 10% ao ano da contribuição — a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres — sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

E-mails dos ministros do STF:

gabmoraes@stf.jus.br
agenda.gmalm@stf.jus.br
anavt@stf.jus.br
gabinete.mcz@stf.jus.br
agenda.gmfd@stf.jus.br
mgilmar@stf.jus.br

gmmn@stf.jus.br
gabmtoffoli@stf.jus.br
gabineteedsonfachin@stf.jus.br
gabineteleuizfux@stf.jus.br
gabmlrb@stf.jus.br

Governo promete extensão da segunda gratificação para servidores



Em reunião de negociação da Campanha salarial 2024, realizada em 28 de novembro, o secretário de Administração do Estado, Vânio Boing, afirmou que o governador

vai apresentar, ainda em dezembro, à Assembleia Legislativa de SC um projeto de lei para garantir a extensão da Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão (Lei 16.465/2014) para quem ainda não recebe.

Assim, devem ser beneficiados servidores da FCEE, FCC, SAP, Segurança (Civil e PCPM/PCBM), SED, SAR, FCC, FCEE, FESPORTE, SDE,

SICOS e SANTUR, em prováveis duas parcelas: em janeiro de 2025 e em janeiro 2026.

Para que nenhum servidor deixe de ser beneficiado nesta Campanha Salarial, bem como para que os ganhos referentes à isonomia sejam justos para quem recebe os menores salários, a presidenta o Sindicato também quer a incidência do triênio no valor dessa segunda gratificação.

Servidores da FCEE em Estado de Greve pela Equiparação das Gratificações



Em Estado de GREVE desde agosto, servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial realizaram manifestação no campus, em 25 de outubro, para reivindicar a extensão da Retribuição Financeira

por Desempenho de Atividade de Gestão. Servidores lotados nesses órgãos do Estado e recebem de R\$ 4 a 6,4 mil reais a menos que outros colegas lotados com o mesmo cargo e função, porém em outros órgãos.

Essa é uma pauta prioritária para o SINTESPE desde quando o governo estadual começou a adotar o pagamento de gratificações como reajuste para parte da categoria, e instituiu essa gratifica-

ção, em 2014. Após, em 2021, governador Moisés estendeu esse direito a servidores de outros órgãos, porém continuou a discriminar cerca de 10 mil trabalhadores no serviço público.

Cansados da promessa vazia do governo, o ESTADO DE GREVE foi a única alternativa de luta que restou a esses servidores que ainda aguardam uma resposta concreta para a sua reivindicação.

Ação Civil Pública cobra do governo estadual o cumprimento da lei da data-base

Entre as ações da luta para o cumprimento da lei da Data-Base, foi protocolada pelo SINTESPE nova Ação Civil Pública na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. A Ação tem objetivo de obrigar o governo a publicar anualmente estudo orçamentário sobre concessão da revisão salarial, levando em conta que a lei 15695/2011 observa o atendimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a

previsão das despesas e correspondentes fontes de custeio na Lei Orçamentária Anual. Porém, apesar dos sucessivos superávits no caixa do Estado nos últimos anos, a lei da revisão não é cumprida desde 2012.

Para 2025, os custos previstos com a folha de pessoal devem ser mantidos em 41% enquanto as isenções fiscais podem chegar a R\$100 bi. Essa é a segunda Ação Civil Pública movida pelo SINTESPE

e referente à lei da Data-Base no exercício dessa gestão. A primeira, que está em tramitação, cobra a equiparação salarial entre os servidores de diferentes órgãos. Sua justificativa é que o governo do Estado concedeu reajustes a somente algumas categorias disfarçados de gratificações, o que resultou numa diferença de reajuste de até 181%.

Atlas do serviço público demonstra falta de servidores em SC

Lançado durante audiência pública realizada dia 5 de novembro na Alesc, o Atlas do serviço público elaborado pelo Dieese/SC (Departamento Intersindical Socioeconômico) desconstrói o discurso propagado pelos grandes meios de comunicação – financiados por grandes empresários) de que a máquina pública está inchada. Ele aponta a redução de investimentos aplicados pelos governos nos últimos anos com a folha de servidores das esferas federal, estadual ou municipais no estado. O Brasil é um dos países integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que possui menor número de servidores. Enquanto na Noruega a relação entre a quantidade de trabalhadores públicos e a de demais trabalhadores chega a 30,9%, no Brasil a relação é de apenas 12,5%.

Santa Catarina - Os gráficos demonstram que faltam servidores públicos nas três esferas de governo no estado catarinense. Se com-

parado ao aumento da população entre 2012 e 2022, que foi de 19,6% o aumento do número de servidores na esfera estadual em Santa Catarina foi de 20,1%. Se somar as três esferas: a federal, estadual e municipal constata-se uma redução no número de servidores em 9,6%.

Em relação aos outros estados do Sul do Brasil, a proporção entre a quantidade de trabalhadores públicos e a população total reduziu de 5,2 para 4,8%. Em comparação aos três estados do Sul, Santa Catarina possui a menor quantidade de trabalhadores públicos na esfera estadual em relação à população ocupada. Enquanto em 2023, no Paraná a relação foi de 9,5% e Rio Grande do Sul 10,9%, no estado catarinense foi de 9%. Na questão salarial, entre 2012 e 2022, a remuneração média real dos servidores públicos estaduais aumentou apenas 476 reais, passando de R\$ 8.406,00 a 8.882,10. Ainda nesse quesito, 27,7% dos servidores esta-

duais recebem 7 a 10 salários mínimos enquanto no serviço público federal 26,3% recebem de 15 a 20 salários.

Apesar de Santa Catarina ocupar obter o 6º maior PIB no país, os “gastos” com a folha do funcionalismo vem reduzindo a cada ano ao mesmo tempo em que Jorginho Mello (PL) promove um superávit no orçamento e uma renúncia fiscal superior a R\$ 20 bilhões, que beneficia grandes empresários sem a devida transparência.

Na audiência, representantes de diferentes sindicatos que compõem o Fórum Catarinense em Defesa dos Serviços Públicos expuseram suas principais reivindicações e reclamaram da falta de investimentos, da precarização com proposital terceirização nas três esferas (via Organizações Sociais, principalmente), falta de concurso público como também do adoecimento dos servidores

SAP: PLC nº 13/2024: por paridade e integralidade para todos

A luta por melhores condições de trabalho, valorização e uma aposentadoria digna para policiais penais e agentes socioeducativos ganhou um novo capítulo em 2024: tramitação do Projeto de Lei Complementar 13/2024 na Alesc. O projeto é resultante da audiência pública solicitada pelo SINTESPE sobre as condições de trabalho e saúde dos servidores na segurança pública, realizada em maio e quer garantir a paridade e integralidade a esses servidores sem que seja necessário o cumprimento da idade mínima.

O texto foi protocolado pelo deputado estadual Fabiano da Luz (PT) e está em análise na Comissão de Constituição e Justiça. Para acelerar sua tramitação, diretores

do Sindicato estão buscando a assinatura de outros parlamentares e solicita aos servidores que também cobrem esse apoio ao projeto, seja



em visita aos gabinetes, seja por envio de e-mails aos deputados.

Na justificativa do projeto estão os riscos e diversos problemas de

saúde a que esses profissionais estão submetidos. No Brasil, em 2022, foram assassinados 190 agentes da segurança pública e contabilizados 98 suicídios. Destes, seis em Santa Catarina. No país, em 2023, o número de assassinatos chegou a 187 no país, 129 suicídios e em cinco suicídios de servidores da segurança pública catarinense.

O PLC nº 13/2024 vai de encontro à proposta apresentada pelo governo Jorginho Mello a representantes de associações e outros sindicatos da categoria no mês de agosto, a qual possibilita a paridade e integralidade somente a servidores que ingressaram no cargo entre 2004 a 2016 desde que trabalhem mais cinco anos.

Saúde: Incorporação da Hora-Plantão deve ser direito



O SINTESPE teve conhecimento dos termos do parecer 0051/2024/GECAD/DJUR/IPREV que foi acostado ao processo IPREV 5382/2024 que orienta a suspensão da tramitação dos processos de concessão de aposentadoria dos servidores da Secretaria da Saúde do Estado com direito à incorporação da Hora-Plantão até que haja o posicionamento do TCE/SC sobre o tema.

Verificou-se, que também tramita no TCE o PROCESSO Nº: @PAF 24/80058128, no qual foi deliberada a realização de auditoria para averiguar a regularidade dos atos de pessoal efetuados no IPREV, com vistas a verificar o pagamento de rubricas denominadas “Hora-Plantão – Média 60:00 horas”, concedida com fundamento no art. 19 da LCE 323/06.

O Sindicato teve acesso aos autos do processo PROCESSO Nº:

@PAF 24/80058128 e acompanhará sua tramitação, bem como promoverá os atos cabíveis e necessários à garantia da incorporação da HP dos servidores da SES.

A questão em análise no TCE diz respeito à impossibilidade de incorporação de verbas temporárias às aposentadorias depois da reforma da Previdência. No entanto, é necessário afirmar que a LCE 323/2006 ao prever a incorporação da HP o faz dando natureza permanente à verba, que por ser recebida ininterruptamente por três anos deve ser incorporada à aposentadoria.

Forte em tais fundamentos, o SINTESPE defenderá no TCE a regularidade dos pagamentos até então realizados, bem como o dever de concessão de aposentadorias com a incorporação da HP. Caso o TCE não mude o aparente entendimento de que a incorporação da HP é ilegal, tal matéria deverá ser discutida judicialmente.

Os servidores afetados pela suspensão dos processos de aposentadoria, ou por atos do TCE tendentes a alterar ato de aposentadoria devem procurar o Sindicato para receber orientações e a atenção necessária para seu caso.

Nova assessoria jurídica quer garantir direitos individuais e coletivos

Em busca de efetivar conquistas de direitos da categoria de servidores, desde que começou a prestar assessoria jurídica para o SINTESPE, o escritório SLPG Advogados ajuizou ações coletivas que podem beneficiar a categoria em matérias como equiparação das gratificações, garantia do reajuste geral para reposição das perdas inflacionárias, licença-prêmio, auxílio-alimentação, progressões,

abono de permanência, adicional noturno.

Também atuou em demandas individuais das mais variadas matérias e tem acompanhado a direção nas reivindicações levadas aos governos sempre o a finalidade de garantir melhores condições de vida aqueles que prestam os serviços públicos à população catarinense.

Nova ação quer garantir reflexos do auxílio-alimentação

Cobrança é referente às férias e gratificação natalina

A Assessoria Jurídica do SINTESPE comunica que as/os sindicalizados poderão encaminhar documentos para ajuizamento de ações individuais para cobrança de Reflexos de AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO em férias indenizadas, terço constitucional de férias e da gratificação natalina.

A cobrança é possível porque ele é recebido na folha de pagamento (em pecúnia) e de forma permanente. Assim deve ser incluído na base de cálculo férias indenizadas, terço constitucional de férias e da gratificação natalina. A cobrança é restrita aos últimos 5 anos, inclusive quem se aposentou nos últimos cinco anos.

Os interessados devem encaminhar os documentos listados abaixo para campanhajuridica@gmail.com, para que possamos revisar e ajuizar a respectiva ação individual.

Documentos necessários:

- ✓ Procuração;
- ✓ Contrato de honorários advocatícios;
- ✓ Declaração de hipossuficiência, para quem recebe até 03 salários-mínimos;
- ✓ Cópia dos documentos pessoais;
- ✓ Comprovante de residência;
- ✓ Transcrição funcional completa (disponível no portal do servidor);
- ✓ Fichas financeiras desde janeiro/2019 até hoje.



Sintesse reúne aposentados em Bom Retiro



Seguindo o planejamento desta gestão **SINTESPE NO RUMO CERTO**, a diretoria realizou neste ano mais uma edição do Café dos

Aposentados, no mês de junho em, Bom Retiro. Na atividade, foram debatidas as ações da luta da Campanha Salarial, as negociações com o governo do Estado, as ações jurídicas movidas pelo Sindicato, como também houve atendimento individual com o advogado.

Em defesa da Palestina! Pelo fim do genocídio promovido por Israel



A Diretoria do SINTESPE tem atuado junto com o Movimento de Brasileiros em Defesa do Povo Palestino pelo fim do genocídio promovido pelo Estado de Israel, com o apoio dos EUA, desde outubro de 2023. Desde que iniciaram os ataques israelenses na faixa de Gaza contra a população civil em resposta a ações do Hamas, já foram assassinadas mais de 44,4 mil pessoas e 105 mil ficaram feridas, segundo o Ministério de Saúde local. Além disso, mais de 1,9 milhões de pessoas vivem em abrigos e tendas superlotadas e 10 mil estão desaparecidas por conta das contínuas operações israelenses que já usaram 85 mil toneladas de explosivos. De acordo com a ONU, a região concentra “o maior número de crianças amputadas por habitante no mun-

do”. A partir da criação do Estado de Israel, em 1948, a população palestina começou a ser expulsa de suas terras, episódio chamado Nakba. Os interesses de Israel e dos EUA no estratégico território palestino são muitos, como o acesso ao mar, o petróleo e outras riquezas minerais. De lá para cá, as ofensivas nunca cessaram e há 14 meses, o 1º ministro israelense inovou as ações proibindo, inclusive, que chegue ajuda humanitária na região. Ações essas consideradas crimes de guerra pelas quais Netanyahu já foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional. Nos seus 36 anos de existência, nosso Sindicato sempre lutou pela autodeterminação dos povos, na defesa dos direitos humanos e contra a exploração e não vai se furtar dessa luta até que a população palestina seja respeitada.

Diretoria participa de encontro Mulheres da SAP

A diretoria do SINTESPE participou ativamente da 4ª edição do Encontro de Mulheres da SAP, realizado no início de novembro, em São José/SC que debateu a realidade da mulher servidora no âmbito da Secretaria. Um dos objetivos do encontro foi pensar políticas, cursos e graduações específicas de gênero feminino num universo há pouco bastante masculino, que adoce e também mata quem trabalha no sistema. Na abertura do evento, a presidenta Marlete Gonzaga parabenizou as servidoras pela atividade, iniciativa e continuidade dos encontros e debater o empoderamento feminino. “Estamos juntos com essa categoria na luta para que seja melhor remunerada, ter melhores condições de trabalho em seus ambientes”, afirmou.

Disposição engenheiros da SIE para SED

A diretoria atuou pelo fim à decisão unilateral do governo de colocar engenheiros da SIE à disposição na SED. São 37 profissionais que estavam prestes a deixar o seu órgão de origem sem vontade própria. A partir de uma ação judicial que contou com o apoio do Sindicato, a disposição não aconteceu.

Baixe o App Sintesse na Palma da Mão

Já está disponível o app Sintesse na Palma da Mão, que possibilita ao sindicalizado ter acesso às notícias e informações sobre ações judiciais, documentos como procurações, atualizar cadastro entre outros benefícios. O app pode ser baixado gratuitamente nas lojas de aplicativo tanto do sistema android (play store) e como do iOS (app store).



SINTESPE SINDICATO DO TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE

Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC- CEP 88020-090 - Fone/Fax: (48) 3223 6097 (sintesse@sintesse.org.br - www.sintesse.org.br) -

Núcleo de Criciúma: (48) 2102-7330 - Núcleo de Chapecó (49) 3323-8638 - Núcleo de Joinville: (47) 3028-1779 - Núcleo de Lages: (49) 3229-0023 -

Redação e Edição de textos: Sílvia Agostini (MTB/SC 3890-JP) Impressão: Gráfica MG - Tiragem: 6 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida